

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

COGEAE – PUC/SP

ELÍLIA DE SOUZA VITAL

COMUNIDADE ESCOLAR:
ATUAÇÃO NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO
PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

SÃO PAULO

2011

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

COGEAE – PUC/SP

ELÍLIA DE SOUZA VITAL

COMUNIDADE ESCOLAR: ATUAÇÃO NO PROCESSO DE
CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Monografia apresentada como exigência parcial para a obtenção do título de ESPECIALISTA no programa de estudos de pós-graduação: Lato Sensu (Especialização) Magistério do ensino superior, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC/SP sob a orientação da Prof^ª. Dr^ª. Marta Scarpato

SÃO PAULO

2011

DEDICATÓRIA

A minha filha Thalita Vital Botelho,
que sempre esteve ao meu lado,
em todos os momentos de minha vida,
dando-me forças para continuar vencendo.

AGRADECIMENTOS

Aos meus alunos do Ensino Médio da Rede Pública,
Incentivadores e ouvintes prazerosos dos meus trabalhos do curso de pós-graduação.

À Professora Dra. Marta Scarpato,
Orientadora e incentivadora na produção monográfica do curso de pós-graduação na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

À Professora Dra. Alda Luiza Carlini,
Pela coordenação do curso Magistério do Ensino Superior, pelas aulas de didática e incentivo a continuar estudando sempre.

À Professora Dra. Elisa Maria Cordeiro da Paixão,
Pela sapiência e execução dos trabalhos realizados em suas aulas sobre Currículo.

À Professora Dra. Maria Celina,
Pelo brilhantíssimo trabalho e orientação na disciplina Metodologia de Pesquisa.

À Professora Dra. Marinella Binda Rossetti,
Pelos temas abordados na área da educação e incentivo na realização do projeto de pesquisa para a realização da Monografia.

À Professora Dra. Silvana Santos Garcia,
Pelas aulas contextualizadas e de fácil assimilação.

À Professora Dra. Sonia Ignácio Silva,
Que merece todo o meu respeito e admiração pela sapiência e aulas exímias de Filosofia do Ensino Superior que despertam o interesse de todos.

À Professora Dra. Valéria Antonia Medeiros,
Pelas aulas de História da Educação Superior no Brasil e contextualização dos períodos da história brasileira no contexto da educação.

EPÍGRAFE

A utopia propõe o retorno à comunidade. Para realizá-la é preciso que a comunidade a defenda como defende o acesso aos eletrodomésticos, ao transporte, ao esgoto, ao asfalto, à moradia, ao trabalho...enfim, que ela defenda a educação como fundamental para a sua qualidade de vida.

Moacir Gadotii

(1988, p.25)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. CAPÍTULO 1 - GERIR A DEMOCRACIA NA ESCOLA PÚBLICA: OS CO-AUTORES DO PROCESSO DEMOCRÁTICO: GRUPO GESTOR, PROFESSORES, FUNCIONÁRIOS, PAIS E ALUNOS	11
1.1 A importância da participação da comunidade escolar frente ao processo educativo.....	13
1.2 A tomada de decisões é de todos os envolvidos no processo sócio educativo.....	15
2. CAPÍTULO 2 - CARACTERÍSTICAS DA COMUNIDADE ESCOLAR FRENTE AO PROCESSO SÓCIO EDUCATIVO: PROGRAMA ESCOLA DA FAMÍLIA.....	23
2.1 O Programa Escola da Família: um projeto educacional de responsabilidade social.....	24
2.1.1 O que o voluntariado pode fazer?	30
2.2 A importância do Programa Escola da Família frente ao processo democrático.....	31
2.3 Perspectivas de oficinas/atividades desenvolvidas na escola	34
3. CAPÍTULO 3 - REFLETINDO SOBRE A FUNÇÃO DA ESCOLA ENQUANTO ESTRUTURA PARA AS RELAÇÕES SOCIAIS NO PROCESSO DEMOCRÁTICO	36
3.1 Definição de Gestão Democrática	36
3.2 O que diz a legislação sobre o tema gestão democrática	38
3.3 Repensando a construção da proposta pedagógica no contexto de mudanças.....	40
3.3.1 Autonomia pedagógica e autonomia da escola	42
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	48
6. REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS	50

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo apresentar a gestão colegiada democrática na escola pública e como esse processo configura para buscar uma comunidade participativa e aprendente no processo de ensino-aprendizagem e quando a comunidade participa desse processo democrático, não só a comunidade faz o exercício de cidadania e política social como também os gestores que trabalham com a integração entre escola e a comunidade. Entende-se que essa integração como mecanismo de participação política é uma possibilidade real de tomar decisões conjuntas e tornar o ensino-aprendizagem eficaz. Constatou-se que quando a comunidade participa integralmente das atividades desenvolvidas na escola em que a comunidade está inserida, passa a compreendê-la melhor, intensifica suas relações sociais e identifica suas necessidades com a busca do diálogo e na ação coletiva procura mecanismos para colaborar com todas as atividades propostas pela escola. Há a necessidade de conhecer essas relações no exercício dos projetos políticos pedagógicos e perceber que o processo educativo fortalece a visão de poder auxiliar, viabilizar ações pedagógicas e romper com certos paradigmas presentes a longo tempo na gestão pública.

PALAVRAS-CHAVE: Ação democrática. Comunidade aprendente. Ação colegiada. Participação política social. Projetos políticos pedagógicos.

ABSTRACT

The object of this research is to demonstrate the democratic collegiate management in the public school and how this process sets up to search for a participating and learner community in the teaching-learning and when the community participates in this democratic process, the community is not the only one that makes the exercise of citizenship and social policy, but also managers who work with the integration between the school and community. It is possible to understand that this integration as a mechanism of political participation is a real possibility to joint make decisions and make teaching-learning effective. Was found that when the community participates fully in school activities developed in which the community operates, is to understand it better, it enhances their social relations and identify their need with the pursuit of dialogue and in collective action search mechanisms to collaborate with all the activities proposed by the school. There is a need to know these relations in the pursuit of pedagogical political projects and realize that the educational process strengthens the vision of auxiliary power, promote pedagogical actions and break some paradigms existing long time in public management.

Keywords: Democratic action. Learner community. Collegiate action.

INTRODUÇÃO

O interesse pelo tema exposto nesta monografia originou-se da percepção e da experiência como professora em escola pública durante alguns anos. Diante de alguns trabalhos realizados com a comunidade, notou-se a necessidade da busca incessante para melhorar e propor desafios para obter uma educação de boa qualidade de ensino. Percebeu que é interessante o engajamento dos co-autores desse processo - professores, alunos, gestores, comunidade participativa e funcionários da escola para que a responsabilidade em educar passe pelas mãos de todos os envolvidos.

Ao trabalharmos com professores, pais, alunos e gestores, deparamo-nos com inúmeras dificuldades que esses profissionais encontram na relação escola e comunidade, como também na implantação de uma proposta pedagógica que busque de maneira prazerosa o envolvimento da escola com a comunidade.

Considerando essa perspectiva, é que essa monografia teve o interesse de analisar e corroborar para mostrar como a ação participativa na escola torna o processo de ensino-aprendizagem um eixo facilitador na gestão democrática.

Ao longo dos capítulos é interessante observar como a gestão participativa vem ao encontro da caracterização da gestão democrática com o objetivo de: caracterizar a gestão democrática e participativa, identificar os meios e recursos que a gestão participativo-democrática disponibiliza para a aproximação da comunidade escolar no processo ensino-aprendizagem, discutir os procedimentos e projetos políticos pedagógicos que a escola envolve a comunidade escolar para facilitar o processo de ensino-aprendizagem.

Nota-se que a escola pública para promover a participação da comunidade no processo ensino-aprendizagem, é necessário investigar como se dá um processo de aprendizagem político-social e a construção de uma participação qualitativa, a partir das experiências de cunho participativo na

gestão pública das escolas.

Estamos considerando a participação como um exercício democrático para buscar envolver todos os participantes na ação democrática para elaborar condições favoráveis de surgimento dos cidadãos e suas formas de organização que também é um eixo facilitador para desenvolver uma aprendizagem significativa.

Diante do problema pesquisado, as abordagens da participação coletiva ou colegiada mostram que a partir da divisão de responsabilidades pela aprendizagem dos alunos e da vida social dos mesmos, os Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) e a construção de conhecimentos pertinentes são relevantes para a comunidade e surgem benefícios e retorno efetivo para o funcionamento das instituições escolares.

Percebemos, com certa freqüência, que quando é interessante o reconhecimento e a posição que a comunidade tem sobre seu próprio crescimento com a experiência participativa e principalmente quando reconhece o trabalho que estão realizando como tarefa para o coletivo e demonstram a preocupação a fim de resolver problemas pertinentes à escola, procuram desenvolver de maneira eficaz para obter bons resultados, pois os resultados passam a ser de todos e não da escola em si.

Essa monografia está dividida em quatro capítulos. No capítulo um apresenta a importância da comunidade na participação do processo pedagógico da escola e analisa como essa participação torna um eixo facilitador para desenvolver os Projetos Políticos Pedagógicos que a escola desenvolve durante o processo ensino-aprendizagem.

No segundo capítulo, apresenta algumas características da comunidade escolar frente ao processo sócio educativo e algumas ações pertinentes que estão engajadas na participação democrática. Desencadeia alguns projetos sociais e mostra como o Programa Escola da Família é um projeto educacional de responsabilidade social no sentido de trabalhar a inclusão, a participação, a autonomia e mostrar à comunidade onde a escola

está inserida a importância da ação democrática como exercício de exercer a cidadania.

No terceiro capítulo, apresenta a definição de gestão democrática e mostra como inserir na comunidade escolar a importância da ação participativa no processo de construção do ensino-aprendizagem e coloca frente à comunidade a visão democrática do saber organizado procurando responsabilizar os co-autores dessa ação participativa, mostrando que todos são responsáveis pela organização que é pertinente a todos os envolvidos na gestão participativa.

No quarto capítulo que são as considerações finais, apresenta a importância de continuar refletindo sempre na ação conjunta da escola. Mostra a necessidade que a comunidade tem em envolver na ação participativa da escola e vem acrescentar que a escola deve propiciar condições relevantes para que haja de fato uma participação efetiva para todos envolvidos nesse processo de educar e colocar as discussões no eixo da coletividade para dinamizar o trabalho coletivo e não centralizador.

Capítulo 1

Gerir a democracia na escola pública: Os co-autores do processo democrático: grupo gestor, professores, funcionários, pais e alunos.

A participação democrática na escola sofre também efeitos dos condicionamentos ideológicos que estão presentes. Por condicionamentos ideológicos imediatos da participação estamos entendendo todas as concepções e crenças sedimentadas historicamente na personalidade de cada pessoa e que movem suas práticas e comportamentos no relacionamento com os outros. Assim, se estamos interessados na participação da comunidade na escola, é preciso levar em conta a dimensão em que o modo de pensar e agir das pessoas que aí atuam facilita/incentiva ou dificulta/impede a participação dos usuários. Para isso, é importante que se considere tanto a visão da escola a respeito da comunidade quanto sua postura diante da própria participação popular (PARO, 2008, p.47).

A participação da comunidade junto ao processo pedagógico escolar viabiliza o fortalecimento de vínculos sociais para fomentar posturas relacionadas à aprendizagem. Grande parte da aprendizagem e do estudo de qualquer situação problema se dá dentro de envolvimento democrático entre escola e comunidade.

Entendemos como Paro (1997), que falar das potencialidades e obstáculos da participação da comunidade na gestão das escolas públicas, implica elucidar os determinantes imediatos da tal participação que se encontram dentro e fora da escola. Quando pais, alunos, professores, gestores e funcionários envolvem-se na resolução de problemas próprios da escola, passam a conhecê-la melhor, têm consciência de sua função, de seus objetivos e metas e assim têm plenas condições de tomarem decisões de modo coletivo,

decisões estas que antes eram centradas apenas na figura do gestor ou de equipes de especialista em educação.

A prática da gestão democrática diz respeito, a todos os processos e ações que ocorrem na escola pública, e associa-se à ideia de emancipação dos membros da comunidade escolar numa conjuntura participativa e relevante para o desenvolvimento de um fazer educativo e social, pautada na busca de uma educação de qualidade para todos.

Considerando a gestão, LÜCK (2006, p. 36) afirma que:

A lógica da gestão é orientada pelos princípios democráticos e é caracterizada pelo reconhecimento da importância da participação consciente e esclarecida das pessoas nas decisões sobre a orientação, organização e planejamento de seu trabalho e articulação das várias dimensões e dos desdobramentos de seu processo de implementação.

A ação participativa da comunidade escolar no processo da instituição pública deve vir em busca de pleno desenvolvimento e de um processo dinâmico e construtivo ao longo de todo o processo educativo. Nota-se que ao longo do processo existem determinadas condições que favorecem a implantação das inovações. Por exemplo, formas de organização mais flexíveis e adaptativas que preservem certa autonomia dos participantes, ao mesmo tempo em que estimulam a participação e a cooperação voltada para os objetivos comuns.

Todo o processo de envolvimento espaço escolar e comunidade escolar deve caminhar na observância de regras saudáveis de convivência. Sustentar o delicado equilíbrio entre desejos, direitos e deveres individuais e coletivos que permeiam a convivência social e garante a sobrevivência de uma sociedade democrática e de respeito à cidadania, buscando boa qualidade de ensino.

Mas se, além de dever do Estado, a universalização do saber é considerada algo desejável do ponto de vista social, no sentido da melhoria da qualidade de vida da população, trata-se, então, de se buscarem alternativas que apontem para o oferecimento de um ensino de boa qualidade para todos os

cidadãos. Tais buscas, entretanto, não podem restringir-se apenas às fórmulas mágicas que, colocadas em prática, conseguiriam solucionar de vez o problema da carência de escolaridade em nosso meio (PARO, 1992).

A gestão participativo-democrática é um eixo facilitador e indispensável que impulsiona o envolvimento da comunidade na vida da escola e a participação da escola no contexto da sociedade em que a escola está inserida.

É importante considerar quando a escola pública e a comunidade se envolvem na construção e execução dos Projetos Políticos Pedagógicos, na participação dos Conselhos de Escola, APM (Associação de Pais e Mestres) a construção de conhecimentos pertinentes são relevantes para que a comunidade passe a conhecer melhor os trabalhos educativos que a escola venha a realizar e fazer a interação para buscar melhores resultados no processo ensino-aprendizagem.

1.1 A importância da participação da comunidade escolar frente ao processo educativo.

A participação da comunidade no colegiado escolar viabiliza o processo sócio educativo na medida em que a escola dispõe de mecanismos e tarefas que orientem como se dá a participação dos representantes da comunidade na administração escolar.

É interessante quando Paro (1997, p.43) analisa que a gestão escolar deve inserir a comunidade dentro da escola na tomada de decisões e salientar que quando as decisões são coletivas, os pais passam a conhecer o contexto escolar de forma democrática e assim passam a ajudar na tomada de decisões. Essa abordagem é instigante na medida em que a escola vai disponibilizando esse acesso, melhora a qualidade dos serviços prestados, do gerenciamento escolar e traz condição de trabalho mais favorável para os professores e aumenta a satisfação também para os alunos melhorando a aprendizagem destes.

Quando a comunidade aproxima-se da escola pública, passa a compreendê-la melhor, identifica suas necessidades e busca no diálogo e na ação coletiva meios para colaborar com todas as atividades propostas pela escola, intensifica a interação, as diferenças são reduzidas e os conhecimentos abstraídos durante todo processo, facilitam o envolvimento dos participantes e transformam a ação participativa como responsabilidade de todos.

Ao analisar a visão da escola pública frente ao envolvimento no processo educativo é necessário que a gestão democrática viabilize a aproximação da comunidade frente ao exercício democrático, por meio do qual aprendemos a eleger o poder, fiscalizar, desburocratizar e dividir responsabilidades, e que os vários canais de comunicação dessa participação convergem para elaborar condições favoráveis de surgimento dos cidadãos e suas formas de organização.

Inúmeros autores Paro (1992), Abranches (2003), Luck (2005), Mattos (1996), Araújo (2001) já abordaram a participação da comunidade no processo educativo como forma de desenvolver parceria. Percebe-se que para fortalecer e qualificar a participação como espaço público e caracterizar os órgãos colegiados formados pela junção dos pertencentes desse processo: pais, alunos, professores, coordenadores e diretores como forma de permitir a democratização e a interação para construção de saberes diferenciados, é necessário que inúmeras situações envolventes nesse processo sejam de importância significativa no âmbito da escola pública, pois norteia como perspectiva de uma escola que viabiliza a interação sistemática como melhoria política e social para todos os envolvidos e facilita a participação no âmbito administrativo e pedagógico no espaço escolar.

É interessante na ação democrática a comunidade participar no processo educativo, fortalecer a visão de poder auxiliar e fomentar nas várias perspectivas que a escola vier a propor e com isso, engajar nos projetos políticos pedagógicos e viabilizar novas ações pedagógicas. Às vezes, a própria comunidade quando bem estruturada rompe com certos paradigmas que no decorrer da formação da escola pública o poder estava centralizado nas mãos

do diretor que era o principal responsável pela administração da escola e detentor do saber administrativo.

Segundo Abranches (2003), a gestão colegiada proporciona a oportunidade do exercício da participação e do incremento do processo de democratização, iniciando um momento novo para a escola pública. Mas ela pode representar, ainda, um momento de construção para a comunidade, pois esta, como sujeito das decisões e discussões dos problemas e questões da escola pública, e conseqüentemente de interesses coletivos, pode ser capaz de desenvolver, a partir daí, outros níveis de formação e organização social e política, bem como promover mudanças sociais no espaço em que a escola está inserida, pelo aprendizado adquirido com a experiência participativa de todos os envolvidos no processo educativo.

Nesse sentido, administrar uma escola pública não se reduz à aplicação de uns tantos métodos e técnicas, importados, muitas vezes, de empresas que nada têm a ver com objetivos educacionais. A administração escolar é portadora de uma especificidade que a diferencia da administração especificamente capitalista, cujo objetivo é o lucro, mesmo em prejuízo da realização humana implícita no ato educativo. Se administrar é utilizar racionalmente os recursos para a realização de fins determinados, administrar a escola exige a permanente impregnação de seus fins pedagógicos na forma de alcançá-los (PARO, 2008).

1.2 A tomada de decisões é de todos os envolvidos no processo sócio educativo.

Ao analisar essa perspectiva da ação conjunta, é interessante notar o reconhecimento e a posição que a comunidade tem sobre seu próprio crescimento com a experiência participativa e principalmente quando reconhecem o trabalho que estão realizando como tarefa para o coletivo e demonstram a preocupação a fim de resolver problemas pertinentes à escola como melhoria para toda comunidade.

A tomada de decisões dentro da escola para gerir trabalhos pedagógicos, parte do envolvimento de todos os responsáveis por esse processo. Não é interessante que a escola dificulte na sua gestão o envolvimento e sim faça forma de organizações mais flexíveis e adaptativas para que os envolvidos consigam sentir motivado para outras formas de organizações e articulações políticas para conquistar a sua autonomia política também em outros espaços da sociedade.

Segundo Abranches (2006), a escola pública é um eixo facilitador que permeada pela comunidade e esta quando envolvida responde com precisão os estímulos e objetivos da escola. A autora discute os vários trabalhos e pesquisas que apontam e enumeram os resultados efetivos e positivos trazidos pelo processo de gestão participativa na escola e que a presença frequente da comunidade na escola, proporciona melhoria para a escola, melhora a qualidade do ensino e da aprendizagem.

Observa-se hoje nas discussões sobre a educação escolar e o envolvimento da comunidade no processo ensino-aprendizagem de que a escola é frente de desenvolvimento humano ao mesmo tempo em que se percebem os sérios problemas e obstáculos que ocorrem nesse espaço, entre eles a dificuldade em envolver a comunidade no processo de ensino-aprendizagem. Levando-se em conta o papel social da educação e a interação da comunidade nesse contexto de conhecimentos, a interação da escola deve pautar-se na qualidade de ensino para todos. No entanto, o destino dessa mudança na escola depende de como os agentes envolvidos nesse processo interpretam as inovações que permeiam durante o processo de ensino-aprendizagem. A mudança na escola só é possível se ela tiver mais significado para todos envolvidos nesse processo.

Segundo Paro (1992), quando se fala dos problemas e obstáculos não se deve esquecer também das potencialidades da participação na gestão das escolas públicas que implica e elucida os determinantes imediatos de tal participação que se encontram dentro e fora da escola. O autor enfatiza que quando falamos em participação da comunidade, estamos preocupados com a participação na tomada de decisões. Isso não elimina, obviamente, a

participação na execução como um fim em si. O envolvimento no processo escolar permeia toda a prática pedagógica que a escola está envolvida.

O envolvimento na participação é de responsabilidade coletiva da ação e da gestão democrática que define qual é a missão do estabelecimento escolar na junção e com base no compromisso que é de todos os envolvidos no processo educativo. O trabalho em equipe é uma dimensão essencial de uma nova cultura profissional em que, pela prática reflexiva entre escola e comunidade, pode promover mudanças no comportamento de todos os envolvidos, favorecendo-lhes a tomada de consciência do funcionamento escola como espaço para envolvimento da comunidade escolar e a passagem de certas ações que podem estar automatizadas e inconscientes, para a melhoria na qualidade das ações participativas com o propósito de desenvolver um ensino de boa qualidade.

Sendo o estabelecimento escolar o local de relações sociais onde a prática pedagógica ocorre é importante suscitar a escola como organização aprendente voltada para a qualificação de todos nela envolvidos. Uma escola que estimula a autonomia e reconhece a centralidade das pessoas e das relações interpessoais e intergrupais no seu funcionamento. Nesse aspecto, a escola é vista como espaço integração, formação e produção de saberes e de prática inovadora na execução de envolvimento de espaço social com a comunidade.

Sabemos que a questão da participação na execução envolve ainda uma importante contradição que parece comum no discurso dos que se opõem à participação da população na escola pública (PARO, 1992). Isso ocorre, segundo o autor, por tratar da pretensão de negar legitimidade à participação dos usuários na gestão do pedagógico, por conta do baixo nível de escolaridade e da ignorância dos pais a respeito das questões pedagógicas, ao mesmo tempo em que exige que os mesmos pais participem e assessorem os filhos na execução de tarefas, quando o universo de envolvimento dos pais com as questões escolares parece razoável.

É importante que alguns recursos sejam notados e aplicados para restaurar a harmonia e o adequado ambiente pedagógico no processo escola e

comunidade: o envolvimento de pais ou responsáveis no cotidiano escolar, orientações individuais ou em grupo para mediar situações de conflito, reuniões de orientações com pais ou responsáveis.

De acordo com Abranches (2003), a participação dos pais no colegiado e, conseqüentemente, nas decisões de caráter público, apresentam-se com grande potencial. Mas é necessário um tempo para que as pessoas compreendam o sentido do trabalho coletivo e para que possam elaborar uma participação efetivamente política para a ação de educar.

São muitas as perspectivas que a escola enquanto instituição pública poderá apresentar para o envolvimento da comunidade escolar na participação do processo ensino-aprendizagem, tais como: garantia de divulgação das atividades escolares para toda a comunidade, oportunidade para incentivar a presença e a ajuda dos pais dentro da escola, a sociabilização de informações e a valorização das atividades da escola pelos pais, a participação e envolvimento dos alunos, pais, gestores, professores e funcionários.

As pesquisas¹ sobre a participação da comunidade apontam limitações decorrentes do caráter burocrático do sistema escolar, a importância da função do diretor de escola e de sua forma de escolha, assim como a necessidade de os participantes se tornarem atores políticos fortes e o predomínio de uma participação constante, mas não institucionalizada com o objetivo de identificar confluências e divergências entre a teoria e a prática na administração escolar para a transformação social. Como bom exemplo tem: as ações coletivas envolvidas na gestão que descrevem teoria e prática cotidiana e as relações que se estabelecem entre as várias instâncias do poder na escola, a participação da comunidade na gestão e, em especial, o funcionamento do conselho de escola, associação de pais e mestres e grêmios estudantis.

19

Ao analisar o conselho de escola e associação de pais e mestres, Araújo (2001) afirmou que o conselho de escola poderá criar condições para a

¹ A centralização e a descentralização da educação. In: Revista Cadernos de Pesquisa. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 95, Nov./1995, p. 37-43.

participação efetiva de seus membros na tomada de decisões que priorize os interesses coletivos, assim como poderá configurar como situação burocrática. A competência da associação de pais e mestres (APM) em movimentar verbas arrecadadas pela escola e aquelas repassadas pelos órgãos oficiais se tornou, na prática, meio de suplementar recurso para a manutenção e desenvolvimento do ensino.

É necessário que a prática na gestão escolar seja transformadora e não burocratizada e incapaz de levar os agentes escolares a superar a rotinização das tarefas e a particularização da visão sobre uma educação democrática (RUSSO, 1995).

Gutiérrez (1993) afirma que a participação quando existe de fato, é necessariamente educativa. Em outras palavras, a participação educa, porquanto propicia níveis cada vez mais elevados de consciência e organicidade. Na medida em que produz essa participação consciente e orgânica do grupo comunitário, dar-se-ão ações concretas de transformação social e, dessa maneira, consegue-se influir, direta ou indiretamente, na transformação da realidade.

A escola precisa desburocratizar e entender que a experiência com a gestão colegiada só traz benefícios aos seus participantes e a grande possibilidade de desenvolver um aprendizado político e social das relações pessoais, institucionais e comunitárias. Uma escola responsável pelo ensino de boa qualidade, também beneficia a ação social de cunho político-administrativo colocando em prática sua ação pedagógica e dando a oportunidade de se preparar todos os envolvidos nesse processo.

Do ponto de vista de Paro (1999), a participação da população usuária na gestão da escola básica tem a ver, em grande medida, com as iniciativas necessárias para a superação da situação de precariedade do ensino público no país e da insuficiência da ação do Estado. É preciso considerar o processo pedagógico escolar como processo de trabalho, no qual o aluno é o objeto de trabalho, mas um objeto que também é sujeito. Se este não quiser, o processo de produção não se realiza e, portanto, a escola tem que levá-lo a querer aprender. O que implica um acordo com os educandos e também com seus pais.

Ao analisar e discutir como a escola pública promove a participação da comunidade escolar no processo ensino-aprendizagem percebe-se que a escola nos últimos anos vem desenvolvendo parcerias participativas com a comunidade, de modo que os pais não vêem a escola como uma instituição distante onde o centro do saber está nas mãos dos gestores. Muitos autores Gutiérrez (1998), Mattos (1996), Hora (1994), Paro (1987), analisam esse envolvimento como um eixo facilitador para promover uma educação de boa qualidade e envolver os pais também como responsáveis desse processo.

É interessante a discussão de Paro (2000) quando analisa que com maior ou menor ênfase os envolvidos no processo ensino-aprendizagem em geral, tanto de dentro quanto de fora da unidade escolar, apontaram como uma das razões do não envolvimento da população na participação na escola muitas vezes é a falta de interesse dos pais pela educação escolar dos filhos. Em sua pesquisa, o autor discute mediante trabalhos realizados juntamente com os envolvidos neste processo, que nos setores menos favorecidos da população as pessoas são endurecidas pela vida e o tamanho dos seus problemas impede que elas valorizem a educação escolar dos filhos. Aborda ainda que não dá para pensar em escola, se você mora em condições precárias e a família não tem nenhuma estrutura. A falta de interesse dos pais se manifesta na recusa em ajudarem na escola ou freqüentarem as reuniões de pais e mestres, alegando que isso é problema “do governo”.

Percebe-se que o envolvimento dos pais no processo sócio educativo dos filhos traz muitos benefícios para o desenvolvimento de uma aprendizagem eficaz e os filhos sentem como essa participação está engajada na importância desse envolvimento se sentindo como pessoa valorizada. A maior presença dos pais na escola e o aumento da responsabilidade pela vida escolar do filho trazem como consequência uma compreensão de todos os projetos realizados na escola bem como as ações pedagógicas que a escola desenvolve durante todo o percurso.

Observa que os pais sentem importantes quando a escola traz benfeitorias para toda a comunidade e passam a respeitar com mais significação a escola. Quando a escola assume junto à comunidade como parceiros do

ensino e que todos fazem parte desse processo, os resultados são bem sucedidos e todos os participantes são os responsáveis pelos resultados obtidos.

Nota-se o fracasso escolar como a falta de participação dos pais na vida estudantil dos filhos, ainda não só se resume a isso, pois a responsabilidade de uma educação de boa qualidade é de todos (governo, pais e escola). Não dá mais para aceitar e colocar a culpa em um único responsável pelas dificuldades permeáveis na escola pública é necessário uma reflexão coletiva de todos os envolvidos neste processo.

Por isso, acredita-se na estrutura colegiada como espaço de aprendizagem e, principalmente, para o aprendizado do grupo da comunidade, que está sempre mais afastado da informação e do acesso a várias decisões nas instâncias públicas. (ABRANCHES, 2006, p. 71).

A Declaração Mundial sobre Educação para Todos (2003) traz explícita em seus registros, a meta de “educação básica para todos” como viável para os países do mundo inteiro.

ARTIGO 3º

“A educação básica deve ser proporcionada a todas as crianças, jovens e adultos. Para tanto é necessário universalizá-la e melhorar sua qualidade, bem como tomar medidas efetivas para reduzir as desigualdades.”

“Os grupos excluídos – (...) – não devem sofrer qualquer tipo de discriminação no acesso às oportunidades educacionais.”

Quando se fala da prática da educação não só se restringe a escola e a família, o aluno deve ser o ápice dentro do processo, pois como ele está em processo de formação é interessante incentivá-lo a ter uma maior participação e também inseri-lo no contexto educacional.

No próximo capítulo vamos abordar algumas características que a comunidade escolar pode desempenhar junto ao processo sócio educativo na escola em que a comunidade está inserida e como o Programa Escola da Família

tem auxiliado no desenvolvimento de uma escola mais participativa e democrática.

Capítulo 2

Características da comunidade escolar frente ao processo sócio educativo: Programa Escola da Família

Ao falar do processo democrático dentro da escola pública, é importante salientar que o envolvimento da comunidade dentro da escola parte em primeiro lugar do trabalho realizado ao longo desse processo pela escola em que a comunidade está inserida. Com isso, percebe-se que muitos trabalhos são direcionados em algumas gestões dessas instituições.

Qualquer sociedade humana retira a sua coesão de conjunto das atividades e projetos comuns, mas também, de valores partilhados, que constituem outros tantos aspectos da vontade de viver juntos. Com o decorrer do tempo, estes laços materiais e espirituais enriquecem-se e tornam-se, na memória individual e coletiva, uma herança cultural, no sentido mais lato do termo, que serve de base aos sentimentos de pertencer àquela comunidade, e de solidariedade. (DELORS, 2000).

Em todo mundo, a educação, sob as suas diversas formas, tem por missão criar, entre as pessoas, vínculos sociais que tenham a sua origem em referências comuns. A educação tem como objetivo essencial o desenvolvimento do ser humano também na sua dimensão social e define-se como veículo de culturas e de valores, como construção de um projeto comum.

A realização de um sonho para quem sonha e almeja alcançar objetivos se constitui num projeto. O projeto é um desejo que requer criação e construção coletivas, fruto de uma necessidade, de uma vontade compartilhada com a comunidade escolar que traz a contribuição de vários olhares e a riqueza das diversas habilidades. Ninguém realiza um sonho sozinho. Walt Disney (1930), afirmou certa vez: “Você pode sonhar, projetar, criar e construir o lugar mais maravilhoso do mundo. Mas precisará de pessoas para tornar o sonho realidade”.

Um projeto deve revelar as marcas de sua trajetória. Essas marcas constituem a história de um sonho que vai se concretizando e que vai se tornando parte do real.

Tomando como rumo primordial para uma educação de boa qualidade, os projetos educacionais se fundamentam na construção e

transformação social futura. Presente e futuro neste contexto andam juntos, na intenção nítida de que a educação se reflète na sociedade e vice-versa.

Os projetos² sociais como: o Programa Escola da Família, Minha Vida, Meu Bairro e Minha Cidade visam em sua essência, ao rompimento da cultura do isolamento, na busca pelo desenvolvimento de uma nova mentalidade, de novas capacidades e habilidades para atuação conjunta e compartilhada, que tenham como reflexo e construção da cultura do encontro, da troca, da tolerância e da paz.

2.1 O Programa Escola da Família: um projeto educacional de responsabilidade social

O governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Educação, lança o Programa Escola da Família³, em 23 de agosto de 2003 criado em consonância com os princípios básicos da Política Educacional. Dentre esses princípios, salientam-se:

- Inclusão, no sentido do respeito às diferenças, da valorização da convivência pacífica e democrática e do acolhimento das diferentes situações sociais;
- Participação, no sentido de vitalizar a interação entre alunos e educadores e definir um papel ativo para a comunidade no espaço escolar;
- Autonomia, no sentido de alunos, educadores e pais participarem do projeto pedagógico, tendo como parâmetro a função social da educação escolar levando em conta a realidade e as necessidades locais.

Esses princípios, que têm registro em documentos nacionais, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) e internacionais, (DELORS, 2000),

² Os projetos foram criados pelo Estado de São Paulo, por meio da Secretaria da Educação no ano de 2003.

³ Fundação para o desenvolvimento da educação. Escola da família. São Paulo: 2004. Proporciona a abertura de escolas da Rede Estadual de Ensino, aos finais de semana com o objetivo de criar uma cultura de paz, despertar potencialidades e ampliar os horizontes culturais de seus participantes.

estão presentes no texto da Política Educacional da SEE.

Na apresentação da Política Educacional, o Secretário de Estado da Educação, na época Gabriel Chalita assim se expressou:

Um dos preceitos fundamentais desta política educacional de construção do futuro, mas já viva e implementada neste nosso presente, formando um dos alicerces de nosso edifício, é aquele que afirma que a educação não se encerra na sala de aula, não é limitada ao professor e ao aprendiz. Todos os envolvidos no processo educacional são educadores, seja através dos conteúdos que transmitem, seja através dos exemplos que dão. Até os aprendizes são educadores (...). Busquemos reforçar a relação da parceria entre professor e aluno, ambos envolvidos num compartilhado. Um compromisso que deve se ampliar para a comunidade. Outro alicerce do nosso edifício é e será o empenho em tornar cada vez mais presente a Escola-cidadã, democrática e plural, estabelece a marca do acolhimento, abrindo portas, dando ao jovem papel de protagonista, de alguém que, com orgulho, convidará e receberá a proposta família, e outras famílias, dentro da escola. A aferição do resultado disso tudo no processo de ensino vai surpreender a todos. (São Paulo, 2003).

O espaço escolar deve ser destinado ao conhecimento das culturas, ao exercício da cidadania, ao sentimento de partilhar valores e ao respeito mútuo.

Na busca de resgatar a cultura lúdica, de revelar a identidade local, de transformar a escola num espaço envolvente onde as marcas da comunidade estejam presentes, é necessário que a participação seja o eixo facilitador para que os integrantes desse processo sintam ativos e percebam as necessidades contextuais de toda comunidade.

Para o Governador do Estado de São Paulo, na época, Geraldo Alckmin, o “Programa Escola da Família torna as escolas todos os finais de semana, o espaço privilegiado de convivência familiar e comunitária, oferecendo, principalmente aos jovens, oportunidades de lazer, canais de auto-expressão.”

“Na informalidade da vivência cultural e da prática esportiva, o programa aproxima ainda mais professores e alunos, trazendo igualmente a comunidade para dentro da Escola.” (ALCKMIN 2003).

De acordo com o documento da SE/CENP, 2000, o Programa Escola da Família promove a abertura das quase seis mil escolas públicas estaduais nos finais de semana, nos 645 municípios do Estado de São Paulo, com o propósito de oferecer as comunidades um espaço voltado para a prática da cidadania, ampliando as oportunidades individuais e coletivas para a melhoria da qualidade de vida e das relações sociais e, com isso, fortalecer a imagem da escola e o sentimento de pertencimento da comunidade pelo que é público.

A educação não pode concentrar-se em reunir pessoas fazendo – as aderir a valores comuns. Deve, também, responder a questão: viver juntos, com que finalidades, para fazer o que? E dar a cada um, ao longo de toda a vida, a capacidade de participar, ativamente, num projeto da sociedade. (DELORS, 2000).

Reunindo profissionais da Educação, voluntários e universitários, o programa oferece às comunidades paulistas atividades que possam contribuir para a inclusão social tendo como foco o respeito à pluralidade e a uma política de prevenção que concorra para uma qualidade de vida, cada vez melhor.

Cada escola organiza as atividades dentro de quatro eixos: cultura, esporte, qualificação para o trabalho e saúde. As atividades possibilitam a ampliação do universo cultural, favorecem a inclusão social, revelam talentos e promovem a auto-estima. Permitem, assim, a aquisição de competências e a descoberta de habilidades para o mercado de trabalho para aqueles que não tiveram essa oportunidade, ou para aqueles que em algum momento da vida, perderam a capacidade de acreditar em seus potenciais pessoais, sociais, cognitivos e produtivos.

O eixo de atividades, desenvolvidas por meio de projetos, funcionam como o fio condutor que subsidia, orienta, organiza e fundamenta as ações desenvolvidas aos finais de semana, dando espaço para disseminação da cultura local, para o atendimento das necessidades contextuais e para as

manifestações regionais. Essa valorização revela uma característica que é essencial para o sucesso do Programa: o respeito pelas pessoas. Dessa forma, espaços organizados e ações intencionais favorecem a convivência na prática, promovendo a cultura de paz.

É preciso ter clareza dos diferentes papéis de atuação dos educadores quando se pensa em projetos sociais. Cada um precisa ter sua especificidade respeitada e valorizada para que o projeto se torne uma ação transformadora das condições sociais atuais.

Cada grupo está, no entanto movimento de ir e vir no caminho da mistura, do igualar-se até a diferenciação, a busca de criar uma identidade onde cada um possa sentir-se reconhecido. Esse caminho pulsa temporariamente, embora no âmbito lógico, fazendo infinitas combinações entre o eu e o outro. Euoutro, eu/outro, outro eu OUTROS. (DAVINI, 2001).

Em diversas regiões do Estado de São Paulo, as escolas públicas constituem o principal – ou, muitas vezes, o único – equipamento público, especialmente nas localidades em que há pouca ou nenhuma opção de lazer e cultura.

Os espaços escolares, que antes ociosos aos finais de semana, passam a ser ocupado com atividades planejadas para a comunidade participante, favorecendo a essa o direito de conquistar e fortalecer a sua identidade. Assim, essa comunidade com responsabilidade, apropria-se desses espaços, agregando no seu cotidiano valores essenciais para a edificação de uma cultura participativa.

Milhares de universitários de todo o Estado de São Paulo, ainda dedicam os finais de semana ao programa Escola da Família e, em contrapartida, têm seus estudos custeados por um dos maiores programas de concessão de bolsas de estudo do país, realizado em convênio com instituições particulares de Ensino Superior – o Programa Bolsa Universidade.

Esses convênios garantem aos universitários 100% de gratuidade nos seus cursos, sendo 50% da mensalidade paga pelo Estado (limitada a um teto de R\$267,00/mês, renovável semestralmente) e o restante financiado pela

própria faculdade. Como contrapartida, os bolsistas desenvolvem aos finais de semana em escolas estaduais ou municipais (dos municípios conveniados) do Estado de São Paulo, atividades compatíveis com a natureza de seu curso de graduação, e/ou de acordo com suas habilidades pessoais.

As comunidades podem, assim, participar de atividades das mais diversas naturezas, ampliando seus horizontes culturais. Para os universitários, o desenvolvimento de Projetos junto às comunidades participantes proporciona experiência que acrescentam valores importantes à sua formação acadêmica, como a solidariedade e a responsabilidade social.

Os universitários contemplados com a bolsa contribuem com seu empenho e dedicação para o crescimento da comunidade local e, quando formados, acrescentarão ao currículo uma preciosa experiência profissional, enriquecida por valores como responsabilidade social e a participação.

Segundo O Programa Bolsa-Universidade até o início de 2009, mais de 80 mil universitários já fizeram parte dessa trajetória, beneficiados pelo Programa Bolsa Universidade, atuando nos espaços escolares como Educadores Universitários.

O Programa Escola da Família – Marco da política educacional da Secretaria Estadual de Educação do Estado de São Paulo, mostra em números a participação dos envolvidos no projeto:

1. Diretorias de Ensino (91) todas
2. Municípios (619)
3. Escolas Estaduais e Municipais (2.682)
4. Professores Coordenadores da Oficina Pedagógica, Supervisores, Gestores (Diretores, Vice-Diretores, Professores Coordenadores) e Educadores Profissionais (4.765)
5. Educadores Universitários (16.226)
6. Voluntários (16.226)

O voluntariado do programa Escola da Família constitui-se como um espaço para o exercício da cidadania e uma possibilidade para a ampliação de

horizonte culturais das comunidades. Por isso, tem o voluntariado como um de seus pilares.

Atuando no campo da cidadania, o voluntariado aprofunda o compromisso de todos com a coletividade, fortalece as políticas públicas, contribui para ampliar as perspectivas de vida das comunidades, disseminando uma cultura de paz.

Pessoas de diferentes idades, da comunidade ou de empresas, se propõem a realizar, por exemplo, cursos e oficinas, colaboram nas atividades administrativas, entre outras ações.

A multitudine das atividades oferecidas pelos voluntários é enorme. De acordo com a necessidade da comunidade, elas são rapidamente adaptadas, pois, no Programa Escola da Família, educadores e voluntários, juntos, têm autonomia para a realização das ações.

A abertura das escolas aos finais de semana garante um espaço público que estimula a participação cidadã no desenvolvimento de atividades sociais, possibilita que a própria comunidade possa gerir-se e fomenta sua presença na construção e condução do Programa aliando forças entre a sociedade civil e o Poder Público.

O voluntariado no Programa está regulamentado pela Lei Nº 9.608/98⁴ e a formalização de sua atuação com a assinatura do Termo de Adesão.

Além de investir como parceria, empresas também optam por atuar no voluntariado corporativo, incentivando seus funcionários a dedicarem parte de seu tempo a ações voluntárias. Em diversas experiências, o voluntariado é um importante segmento nas ações de responsabilidade social das empresas. Nele, todos os envolvidos ganham. Escola e comunidade ganham fortes aliados para desenvolver as ações do Programa, podendo realizar projetos duradouros

⁴ Considera-se serviço voluntário, para fins desta Lei, a atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou a instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade.

e de qualidade.

A empresa fortalece seu vínculo com o funcionário, promovendo uma oportunidade para o exercício da cidadania. Além disso, os programas sociais têm maior reconhecimento da sociedade e o voluntariado se realiza por estar envolvido em um trabalho social e cooperativo e podendo adquirir novas experiências, habilidades e descobrir talentos.

O que é interessante e pode dar bastante atenção para essa questão é que o jovem voluntário também encontra espaço para atuar no Programa Escola da Família, buscando através desse trabalho o incentivo, a autonomia e o crescimento pessoal do adolescente, que se envolve em ações solidárias, aprende a lidar com as diferenças, compromete-se com a comunidade participativa e ajuda a solucionar problemas e, além disso, o jovem tem a oportunidade de exercer o Protagonismo Juvenil. A comunidade também se beneficia com o voluntariado jovem, que promove transformações numa relação de confiança e troca de aprendizagens entre gerações.

Esse incentivo também se inscreve na Resolução 143/2002 publicada pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo e com o objetivo de incluir essa experiência no histórico escolar dos estudantes.

2.1.1 O que o voluntariado pode fazer?

As ideias adaptadas da publicação “como as empresas podem implementar programas de voluntariado”, do Instituto Ethos e Programa Voluntários” (2001, p.24).

O voluntário pode ser responsável, ajudar a organizar ou participar, por exemplo, de:

1. reformas e mutirões de limpeza;
2. gincanas e eventos;
3. Campanhas.
4. Atividades educativas, como contar histórias para crianças.
5. Passeios culturais.

6. Projetos de média duração, atendendo a necessidades específicas da comunidade.

7. Cursos, oficinas e palestras, colocando suas habilidades profissionais específicas a serviço da comunidade.

8. Formação de rede de contatos para articular parcerias para o desenvolvimento de ações e projetos na escola.

Além dessas, muitas outras ações podem ser oferecidas pelo voluntário. Vale lembrar que toda atividade deve ser feita de acordo com as habilidades e competência do voluntário e as necessidades da comunidade. Por isso, é importante que as ações sejam planejadas em parceria com o Educador Profissional do Programa Escola da Família de cada Unidade Escolar.

2.2 A importância do Programa Escola da Família frente ao processo democrático

A abertura da escola nos finais de semana, busca favorecer o desenvolvimento de uma cultura participativa e o fortalecimento de vínculos da escola com a comunidade. Baseada nos valores da solidariedade e da equidade, o Programa Escola da Família que a escola desenvolve com parcerias, deve representar uma comunidade de aprendizagem em que é possível que todos aprendam a prática da cidadania, da superação, das diferenças, e da irradiação da cultura da paz.

Escola da família é um programa, porém sua prática deve ser diária, e precisa ser superada a cada dia, pois toda escola deve desenvolver seu projeto junto à família.

Quando a escola trabalha com projetos pedagógicos, passa a ser fundamental a participação de todos do ponto de vista que a escola trabalha para engajar os seus participantes no processo sócio educativo e mostra para a comunidade que a escola pertence a todos.

Com isso, algumas ações⁵ pontuais devem ser desenvolvidas nesse

⁵ Ações desenvolvidas no Projeto Político Pedagógico da Escola Amélia dos Anjos de Oliveira nos anos 2008 e 2009.

projeto:

1. Compromisso com o atendimento de todos.
2. Competência e condições de trabalho.
3. Estrutura e organização da equipe.
4. Conhecimento da comunidade.
5. Reflexão continuada.
6. Variedade e disponibilidade de oficinas e atividades.
7. Relação com a comunidade.
8. Estabelecer níveis de participação e responsabilidades.
9. Estabelecer propostas de atividades que possam suprir as demandas da comunidade.
10. Propiciar um espaço de lazer em consonância com o espaço de aprendizagem, formação e fazer a interface com a vida semanal da escola.

31

A escola como um todo, deve buscar informações, inovações no PPP (Projeto Político Pedagógico) e participação da comunidade que dentre os vários projetos apresenta um projeto chamado: Minha Vida⁶, Meu Bairro, Minha Cidade, cujo objetivo é mostrar que a escola é o espaço ideal para a construção do aprendizado e que está inserida a uma comunidade que possui suas próprias características. Um tema facilitará a identidade do programa com características locais e possibilitará o caminho para a construção de uma comunidade empreendedora no aprendizado, que valorizará as potencialidades locais bem como a própria escola. Com isso, o trabalho facilitará o diálogo, troca de experiências com outras escolas da mesma Diretoria de Ensino. Com um tema, é possível construir um caminho progressivo de aprendizado comunitário. E com

33

No contexto desse tema desenvolvido, a escola na perspectiva de construção de cidadania, precisa assumir a valorização da cultura de sua própria comunidade e, ao mesmo tempo buscar seus limites, proporcionando às crianças pertencentes aos diferentes grupos sociais, o acesso ao saber, tanto no

⁶ Projetos desenvolvidos na Escola Amélia dos Anjos de Oliveira.

que diz respeito aos conhecimentos socialmente relevantes da cultura brasileira no âmbito nacional e regional, como no que faz parte do patrimônio universal da humanidade.

A aprendizagem pode e deve acontecer durante toda a vida, a todo o momento e em todo lugar. Com o Programa Escola da Família as fronteiras do aprendizado se expandem através de seus participantes, no tempo e local em que ocorre, sendo assim uma situação aparentemente inusitada pode se transformar em um momento de aprendizado.

A escola justifica que o objetivo do trabalho proposto, é o de criar um espaço de cultura e lazer onde se discute a realidade social brasileira. O que se pretende garantir com isso, nada mais é do que dar início a um processo investigativo da realidade social local, objetivando sua compreensão, através da discussão e reflexão coletiva do conhecimento adquirido na escola. Objetiva-se estimular uma verdadeira postura de investigação da realidade concreta, sobretudo com o auxílio da ciência, não somente no sentido acadêmico, mas no sentido de investigação e pertencimento à humanidade.

Entendemos que a cultura num sentido amplo constitui uma dimensão complexa no social, que se dá baseada em relações de poder, uma vez que a cultura é fruto da produção coletiva da história, portanto do confronto das forças sociais atuantes que disputam os benefícios por ela criados.

Queremos uma escola em que todos tenham a oportunidade de acesso e permanência, uma escola que não cuide apenas dos números, mas que tenha como objetivo a formação completa do ser humano, para tanto precisamos nos reorientar em nossas reflexões e práticas, para que possamos garantir o aprendizado coerente e significativo a todos os alunos.

2.3 Perspectivas de oficinas/atividades desenvolvidas na escola

Antes de relacionar as oficinas que são desenvolvidas nas escolas, é importante salientar sobre o meio cultural que os participantes estão envolvidos. Do ponto de vista sócio cultural geralmente as escolas que desenvolvem o Projeto Escola da Família apresentam o meio cultural sem estímulos, há pouca oportunidade de contato com recursos, tais como: revistas, jornais, livros, etc.

como conseqüência, os alunos e a comunidade provenientes desse meio apresentam características que os diferenciam dos privilegiados quanto ao padrão linguístico, cultural, social e econômico. Grande parte dos alunos mora no entorno da escola, diante desta situação a escola está situada geograficamente no centro do bairro e se torna então, um ponto referencial de fonte de conhecimento e de lazer, não só dos alunos, mas de toda comunidade.

As escolas nas suas ações, buscam implementar outras atividades para que a comunidade participe de maneira prazerosa, dentre essas atividades podemos citar algumas como:

1. Oficina de panificação (complementar), com foco no profissionalismo, e deixa transparecer que a falta de profissionais nesta área é muito grande por isso, é necessário um estímulo na formação destes profissionais.

2. Oficina de fuxico.

3. Oficina do Acesso Escola (uso da sala de informática pelos alunos e em horário conta turno).

4. Dia da saúde e beleza (evento tradicional do Programa Escola da Família) buscando parceria com institutos de beleza).

5. Oficina de capoeira (aulas de iniciação com profissionais qualificados).

6. Família no Azul (programa de gestão de renda e gastos familiar, proposta de trabalho a ser efetuado junto a comunidade no sentido de orientação e planejamento familiar).

Nesse contexto de atividades desenvolvidas no Projeto Escola da Família, trazer a ética para o espaço escolar significa instalar no processo educativo a atitude crítica, a observância de limites e a possibilidades de problematização das relações e valores que norteiam as ações das crianças e jovens, colocando-os diante de escolhas de critérios e compromissos.

A Escola da Família tem cumprido esse papel, conjugando esforços de todos os segmentos da sociedade – comunidade escolar, pais, representantes de diferentes atividades sociais, culturais e econômicas do local

e os próprios alunos – numa ação educacional voltada para o fortalecimento das práticas de cooperação e responsabilidade pessoal e social do sentimento de tolerância e da integração e identificação cultural dos grupos.

“O que está em causa é, de fato, a capacidade de cada um se comportar como verdadeiro cidadão, consciente das vantagens coletivas e sociais de participar na vida democrática.” (DELORS, 2000).

Esse desafio está proposto no Programa Escola da Família. O trabalho desenvolvido conquistou a comunidade que, mais participativa deseja fazer da escola um lugar de boa convivência e de pertencimento. Cidadã, democrática e plural, a Escola da Família acolhe alunos e comunidade, fortalecendo a cultura da paz e surpreendendo positivamente a todos.

O próximo capítulo apresenta uma reflexão sobre a função da escola enquanto estrutura para trabalhar as relações sociais no processo democrático.

Capítulo 3

Refletindo sobre a função da escola enquanto estrutura para as relações sociais no processo democrático

3.1 Definição de Gestão Democrática

São muitas as décadas, que têm discutido em diversos setores da nossa sociedade a questão da gestão democrática, o que pode se dizer com isso, que muito falta o caráter de exercício dessa gestão. Muitas vezes as pessoas atuam com um discurso democrático e quando usa na prática essa ação não deixam de atuar com uma conduta meramente autoritária e que muitas das vezes essa conduta é gerada inconscientemente.

É de extrema importância conceituar o significado de gestão democrática para salientar a importância que essa expressão apresenta no contexto para a reflexão sobre a função da escola. Entende-se por gestão um ato de gerir, gerência, administração e democrática como relativa ou pertencente à democracia, nesse sentido, o termo democracia tem como definição governo do povo; soberania popular, doutrina ou regime político baseado nos princípios da soberania popular e da distribuição equitativa do poder, ou seja, regime de governo que se caracteriza, em essência, pela liberdade do ato eleitoral, pela divisão dos poderes e pelo controle da autoridade, dos poderes de decisão e de execução (...)" (Aurélio, 1986).

Dentro dessa perspectiva, e pensando nessa questão, Carina (2003) discute que pensando na administração das escolas públicas, as quais propiciam atendimento às camadas trabalhadoras de nossa sociedade, vários autores, (Gadotti, 1988, Paro, 1995, Abranches, 2003), têm estudado, pesquisado e defendido a idéia de que é necessário implantar a gestão democrática nessas escolas, a fim de procurar solucionar os problemas que nelas se situam, e assim proporcionar um trabalho eficaz para gerar um ensino de boa qualidade aos alunos.

A utopia propõe o retorno à comunidade. Para realizá-la é preciso que a comunidade a defenda como defende o acesso aos eletrodomésticos, ao transporte, ao esgoto, ao asfalto, à moradia, ao trabalho...enfim, que ela defenda a educação como fundamental para a sua qualidade de vida. (GADOTTI, 1988).

Percebemos que a comunidade engajada no processo democrático

para atender as relações sociais só é interessante quando esta sabe o que estar fazendo e para que estar fazendo.

A escola enquanto estrutura capitalista procura vislumbrar em seu espaço a disseminação do saber para a manutenção das relações sociais de produção e ao mesmo tempo mantém a manutenção do poder da classe dominante por isso, é interessante e de muita valia os participantes da comunidade atuarem sabendo que a participação através de esforços conjunto gera benefícios para todos os envolvidos nesse processo e reconheça a importância da educação para todas as gerações.

Hora explica essa assertiva:

...Logo, escola não é apenas a agência que reproduz as relações sociais, mas um espaço em que a sociedade produz os elementos da sua própria contradição. É um lócus em que as forças contraditórias, próprias do capitalismo, se defrontam. Na medida em que a educação é dialética e assume formas de regulação ou libertação, a escola é arena onde os grupos sociais lutam por legitimidade e poder. (1994, p. 34)

A escola, enquanto instituição deve proporcionar o saber generalizado e influenciar aos seus participantes a circulação de ideologias em que a classe dominante distribui as suas concepções e articula com os demais participantes um saber instituído para responder frente às questões da ciência, das artes, e de toda tecnologia que o mundo contemporâneo nos coloca a disposição. É necessário saber partilhar os saberes construídos por todo processo de redemocratização da sociedade.

38

Segundo Hora (1994) os educadores encaram a democratização como o desenvolvimento de processos pedagógicos que permitem permanência do educando no sistema escolar, através da ampliação de oportunidades educacionais.

Entendemos que no interior da escola, as relações são constantes no que diz respeito às participações para se manter uma estrutura de saber pensar e saber fazer. A visão de democratização dos processos no interior da escola deverá partir da relação em um contexto social mais amplo procurando preservar a visão de todos os responsáveis pela questão da organização que é favorável

a todos os participantes desse processo democrático.

3.2 O que diz a legislação sobre o tema gestão democrática

Os estudos abordados sobre o tema gestão democrática foram fortalecidos após a promulgação da Constituição Federal de 1988, que incorporou no Art. 206, inciso VI.

A gestão democrática do ensino público, e em seu Art. 1º propicia o exercício direto do poder, como também está previsto no Art. 211 o regime de colaboração entre União, Distrito Federal, Estados e Municípios (GADOTTI, 2001).

Com essa abordagem, a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394, de 20 de dezembro de 1996) no Art. 3º, inciso VIII, determina como princípio, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino. E no Art. 14, os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

1.Participação dos profissionais da educação na elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola.

2.Participação das comunidades escolar e local em Conselhos de Escola ou outras atividades equivalentes.

Thurler (2001) discute com muita precisão que o estabelecimento escolar é um lugar de construção do sentido das práticas profissionais e de suas eventuais transformações, tornando-se o lugar onde se confrontam cotidianamente as idéias e práticas, um lugar de trabalho em que a busca de sentido não é uma necessidade lógica de coerência ou de progresso, mas uma condição de sobrevivência profissional, isto é, a mudança é antes de tudo uma questão de sentido que se constrói primeiro na escala da escola.

O sentido da mudança é uma construção individual, coletiva e interativa em que importa compreender melhor onde e como os participantes desse processo constroem o sentido da mudança proposta, individual e coletivamente para estabelecer estruturas de aceitação favorável à inovação

delimitando o papel da cultura e do funcionamento do estabelecimento escolar.

A autora ainda discute que as escolas que produzem efeitos notáveis sobre as aprendizagens dos alunos apóiam-se mais nas mudanças que o sistema educativo introduz em larga escala, em vez de combatê-las aproveitando-se das reformas do sistema educativo para desenvolver as competências e posturas necessárias para definirem seus próprios objetivos e construírem um projeto comum.

Um estabelecimento escolar que desenvolve projetos, parte da idéia de que, para sobreviver à fase de desestabilização representada por toda mudança importante, é conveniente que os atores coletivos consigam inscrever a inovação em um procedimento de projeto realista e criar as condições necessárias para realizar seus objetivos. Conseguem isso quando se posicionam como atores coletivos diante do sistema, desenvolvendo uma forte identidade.

Thurler (2001) aborda que é necessário distinguir projeto educativo de projeto de estabelecimento escolar, pois o primeiro corresponde no contexto escolar, ao projeto como orientação global centrada no desenvolvimento das competências básicas; enquanto que o projeto de estabelecimento escolar está mais próximo de um programa de ação que envolve o ator coletivo, constituído pelos professores como um programa de ação trabalhando com projeto em processo.

3.3 Repensando a construção no contexto de mudanças

Repensar a construção do Projeto Político Pedagógico exige uma reflexão da equipe escolar para avaliar as ações planejadas e desenvolvidas ao longo do período previsto. O grupo deve se reunir para identificar as dificuldades encontradas e não resolvidas, pensando as possíveis ações que possam minimizá-las e gerenciar a própria autonomia do grupo. Deve também retomar as ações que se revelaram positivas, a fim de redirecioná-las, favorecendo a concretização do projeto pedagógico da escola.

Assim, a construção da Proposta Pedagógica, além da retomada do trabalho já desenvolvido, deverá promover o estudo e a reflexão contínuos sobre as experiências acumuladas para a definição de outras metas, novos pontos de chegada e metodologias diferenciadas que contribuirão para o sucesso da Escola.

Como lembra Freire (1997), a autonomia faz parte da própria natureza educativa, sem ela não há ensino, nem aprendizagem.

Neste contexto, Freire nos ensina a refletir sobre saberes necessários à prática educativo-crítica fundamentos numa ética pedagógica e numa visão de mundo alicerçadas em rigorosidade, pesquisa, criticidade, risco, humildade, bom senso, tolerância, alegria, curiosidade, esperança, competência, generosidade e disponibilidade. (p.19).

É interessante observar que a autonomia da escola à luz da Proposta Pedagógica se elabora o Regimento Escolar, instrumento que dispõe sobre a avaliação das diferentes formas de avanço do aluno em sua trajetória escolar. Cada escola pode ou deve conhecer seus problemas concretos melhor que qualquer outra instância, bem como o empenho que deve ter para resolvê-los. Conta, para isso com a participação direta de sua equipe, comunidade de alunos e pais e, em especial o sistema de ensino.

O Conselho Estadual de Educação do Estado de São Paulo deixa claro que a cada escola cabe uma proposta e a cada proposta uma solução, sem perder de vista que o acesso ao conhecimento é um benefício social a que a crianças e jovens têm direito e a razão de ser da própria escola.

Ao fazer referência sobre gestão democrática, Gadotti (2001, p. 35) considera que para haver gestão democrática de fato, “implica que a comunidade, os usuários da escola, seja seus dirigentes e gestores e não apenas os seus fiscalizadores”. Esse autor ressalta ainda que uma gestão democrática deva envolver outros agentes que fazem parte da escola.

Devemos partir da elaboração do Projeto Político Pedagógico da Escola, elaborado pela equipe escolar e a partir de situações da realidade escolar e da realidade social pertinente à comunidade em que a escola está fisicamente inserida. Essa visão torna-se imprescindível que quando a

comunidade compreende as ações e as condições da escola, pode se envolver e se sentir responsáveis pela realização do trabalho desenvolvido na conjuntura de todos os participantes.

Os dados fundamentais que nortearão a elaboração do projeto pedagógico devem partir da análise da real situação de aprendizagem dos alunos da escola, pois essas informações norteiam necessariamente as ações educacionais a serem desenvolvidas. O Projeto Político Pedagógico deve contemplar as prioridades estabelecidas pela equipe, a partir das necessidades elencadas, definição de resultados desejados, incorporando avaliação e auto-avaliação no trabalho pedagógico.

“O grau de informação do indivíduo irá torná-lo mais ou menos participativo. Não basta a sociedade proporcionar ao cidadão o direito à reivindicação, usufrutos socioeconômicos, voto e representação política. Somente, o grupo social poderá julgar sobre a validade das oportunidades e instrumentos colocados à sua disposição, aceitá-las ou rejeitá-las e considerá-los adequados ou não”. (MATTOS,1996).

Observa-se que para uma participação efetiva da comunidade escolar, é essencial um clima de aceitação mútua e constante observando as possibilidades e limitações dos que estão envolvidos. Dar oportunidades para que essa participação democrática flua é saber reconhecer o processo da autonomia que cada um almeja para programar as ações pedagógicas.

Do ponto de vista de Freire (1997) de nada adianta o discurso competente para as mudanças e a ação pedagógica é impermeável às mudanças. Ele nos apresenta elementos constitutivos de compreensão da prática docente enquanto dimensão social da formação humana. Para além da redução ao aspecto estritamente pedagógico e marcado pela natureza política de seu pensamento. Diz que é necessário assumirmos uma postura vigilante contra todas as práticas de desumanização. É preciso o saber fazer da auto-reflexão crítica e o saber ser da sabedoria exercitada permanentemente.

42

3.3.1 Autonomia pedagógica e autonomia da escola

A LDB 9394/96 representa um extraordinário progresso, já que a autonomia escolar e o projeto pedagógico aparecem vinculados num mesmo texto legal. Estabelece que a elaboração e execução do projeto pedagógico constituem tarefa coletiva, na qual devem colaborar professores, outros profissionais da educação e comunidade escolar e local (Art. 13 e Art. 14).

A escola deve ter autonomia para elaborar suas próprias Propostas Pedagógicas, sem o que não haverá compromisso ético do professor e da escola com a educação. O projeto pedagógico é um esforço de integração da escola num propósito educativo comum.

Elaborar o projeto pedagógico é um eixo de autonomia. Implica também, necessariamente, em modalidades alternativas de ensino: adaptação, reclassificação, avanço, reconhecimento e aproveitamento escolar, além do controle da frequência e observação do Regimento Escolar. Visa concentrar todo o empenho possível e mobilizar todos os recursos disponíveis para levar cada aluno a se beneficiar das atividades de ensino, desenvolvendo-se de modo afetivo, social e cognitivo.

“Formar é muito mais que puramente treinar o educando no desempenho de destreza.” (FREIRE, 1997, p. 41).

Quando se discute sobre participação ao longo do Projeto Político Pedagógico nas escolas públicas é importante revalidar sobre os co-autores que farão parte desse processo. É de extrema importância despertar o interesse de todos os participantes como: gestores, professores, funcionários, pais e alunos para gerir as potencialidades e enfrentar os possíveis obstáculos que enfrentarão no decorrer desse processo.

Antes de tudo, é imprescindível que os envolvidos nesse processo democrático conheçam a comunidade onde a escola está situada e trabalhe com o dinamismo de todos os participantes.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância da ação participativa na escola como um instrumento de aprendizado coletivo para grupos de pessoas envolvidas na atividade e na experiência da gestão democrática traz aos seus participantes a possibilidade de desenvolver um aprendizado político e social no bojo da educação para a formação da cidadania e do espírito conjunto para desenvolver as relações sociais.

Na relação ensino-aprendizagem, há dinâmica, interação, diálogo, e propicia-se a troca de conhecimentos nos âmbitos cognitivo, afetivo e motor entre todos os participantes desse processo.

Na escola, essa relação também apresenta as mesmas características: gera o vínculo, é interativa, dialógica, propicia a troca etc. Porém, existe uma diferença marcante: não há apenas um aprendiz nesse processo, mas um grupo de trinta pessoas, no mínimo, com características individuais, em que cada um aprende de diferentes maneiras e em tempos diferentes. (SCARPATO, 2004, p.18).

É preciso continuar a reflexão sobre os desafios da construção de uma escola essencial e democrática para todos que venha a perceber as diferenças e semelhanças, considerando-as interdependentes, irreduzíveis e indissociáveis, pois ambas são fundamentais, sendo que da combinação delas é que surge a identidade da escola.

Percebemos que a reflexão é o ponto de partida em favor de uma escola que se quer para todos nela envolvidos, já que a solução da questão para a participação democrática não está em substituir uma escola organizada pela lógica das semelhanças por outra organizada pela lógica das diferenças.

O objetivo principal dessa monografia foi apresentar que o aprendizado político pedagógico envolvendo a participação democrática da comunidade escolar se torna eficaz quando em um mesmo espaço a participação comunitária consolida por meio dos órgãos colegiados como: conselho de escola, participação nos projetos político pedagógico e outras atividades que a escola desenvolver ao longo do ano letivo.

Evidenciamos que a gestão colegiada, incluindo a participação comunitária, é um movimento com avanços e recuos na construção de sua trajetória na educação, considerando o envolvimento de segmentos diversos nas questões da educação pública, que têm oportunidade de opinar e decidir as relações da escola.

Não é suficiente permitir que a comunidade envolva no processo da

administração da escola; é essencial que a escola propicie condições relevantes para que haja uma participação efetiva para todos os envolvidos. Nesse sentido, a participação dinâmica e consciente com a comunidade poderá garantir uma possibilidade para que a escola atue como um fator de mudança social. O aprendizado só se efetiva por meio de ações e relações que se dão na realidade escolar, na qual as experiências da participação conjunta vão concretizando em um processo democrático.

Acredita-se que quando as discussões são relevantes e sensibilizam a construção como um sentimento de coletividade para dinamizar o trabalho coletivo, passa a existir uma interdependência entre as pessoas para alcançar objetivos comuns e da idéia de que nas trocas e conflitos, entre o grupo, novas experiências podem ser apreendidas e aprendidas tanto pelo grupo de professores, pais e alunos como também pelo grupo gestor da escola.

É interessante continuar refletindo sobre o envolvimento dos participantes na ação educativa, como orientação para aqueles que vivenciam e acreditam nessa proposta participativa.

É aceitável que os pais e todos os envolvidos nesse processo se interessem em participar, é preciso que se sintam respeitados, valorizados e bem aceitos na escola. Como meta para despertá-los para a ação participativa, é imprescindível que tenham consciência de que como atores do processo, são sujeitos, e por isso mesmo, em que condições de compreender-se e assumir essa participação de forma coletiva sem conceder o poder de forma autoritária.

É importante perceber que por meio dos órgãos colegiados, a escola tenha oportunidade de se transformar em um espaço de exercício de cidadania em que todos os participantes atuam de maneira consciente com a possibilidade de desenvolver um aprendizado político e social de suas relações pessoais, institucionais e comunitárias.

Fica evidente na medida em que se consegue a participação de todos os setores da escola: educadores, alunos, pais e funcionários nas decisões a respeito de seus objetivos e de seu funcionamento. A escola tem melhores condições para desenvolver os projetos pedagógicos e que quando o envolvimento não for de uma pessoa, mas de um grupo coeso, que representa

todos os segmentos e que esteja instrumentalizado pela conscientização, o trabalho será reconhecido e valorizado por todos os participantes sem delimitar a função de um único participante.

Nessa perspectiva, cabe a escola favorecer a educação pela cidadania. O processo de gestão democrática da escola exerce o aprendizado pela democracia. A escola está a serviço da comunidade, pois não tem um fim em si mesmo, e sim, a gestão democrática não deixa de prestar serviços para a comunidade quando esta está realmente inserida no processo pedagógico.

A participação democrática pode melhorar o ensino e a participação na gestão escolar oferecerá um conhecimento mais abrangente do funcionamento da própria escola, como também de todos os seus integrantes.

Teixeira (1985), afirma que a escola tem de se fazer prática e ativa, e não passiva e expositiva formadora e não formalista. Não a instituição decorativa pretensamente destinada à ilustração dos seus alunos, mas a casa que ensine a ganhar a vida e a participar inteligente e adequadamente da sociedade.

É importante salientar o envolvimento dos alunos com a escola no sentido de acreditar que todos são capazes de participar ativamente no contexto social e partilhar conhecimentos, habilidades e ideais, de se perceberem como protagonistas que é uma forma privilegiada de aprender e socializar saberes, praticar o convívio solidário, desenvolver valores de uma vida cidadã e enfrentar questões que surgirão no decorrer da sua formação.

47

As escolas devem refletir sobre essa dinâmica, que vai garantir uma educação também para a comunidade ⁷ e todos que nela estejam envolvidos.

O assunto não se encerra aqui e tampouco torna se absoluto a discussão sobre essa abordagem de participação democrática. É necessário levar em conta outras formas de participação dentro da escola pública no sentido

⁷ Hannah Arendt (1989), discutindo a educação, afirma que esta não se presta à formação de adultos em conteúdos e habilidades; portanto, a escola não educa adultos, mas pode criar um espaço que possibilite uma discussão para politização ou desenvolvimento de uma sensibilidade política.

de tornar o cidadão um ser político para os desafios do mundo contemporâneo, porque ao contrário, passamos a assumir um discurso meramente para a inclusão formal, sem realmente engajar os participantes para uma participação concreta e de mudança social e política.

Todos os Projetos Políticos Pedagógicos e ações que a escola vier a desenvolver com os co-autores participativos são relevantes para que a escola atue de maneira eficiente e prazerosa, pois eficiência e dinamismo ajudam a encorajar os participantes a desenvolver projetos eficazes.

Administrar o processo democrático na escola pública é antes de tudo participar do processo democrático dentro e fora da escola no sentido de trabalhar com a comunidade projetos importantes como é o Programa Escola da Família que promove a abertura das escolas nos finais de semana com a grande participação da comunidade no desenvolvimento de oficinas educativas que possibilita o desenvolvimento de um conhecimento fortalecedor.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, Mônica. **Colegiado escolar: espaço de participação da comunidade**. São Paulo. Cortez Editora, 2003.

APPLE Michael; BEANE James Organizações. **Escolas Democráticas**. São Paulo. Editora Cortez. 2001.

ARAÚJO, Ulisses F. **O ambiente escolar cooperativo e a construção do juízo moral infantil: sete anos de estudo longitudinal.** Revista Online Biblioteca Professor Joel Martins, Campinas, SP, v. 2, n. 2, p. 1-12, fev. 2001.

CHALITA, Gabriel. **Pedagogia do amor.** São Paulo. Editora Gente, 2003.

FERREIRA, Aurélio B. de Hollanda. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa.** 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido,** 17ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, Moacir. **Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito.** São Paulo: Cortez, 2001. BBE.

GADOTTI, Moacir. **Escola pública popular.** In: Revista Educação Municipal. SP: Cortez/UNDIME, ano I, n. 02, set. 1988.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo. Ed. Atlas, 2009.

GUTIÉRREZ, Francisco (org.). **Educação comunitária municipal e economia popular.** São Paulo. Cortez/UNDIME, 1993.

HORA, Dinair Leal da. **Gestão democrática na escola.** Campinas, SP: Papirus, 1994.

LDB - **Lei de Diretrizes e Bases** (9394/96) Art. 13 e art. 14.

LÜCK Heloísa; FREITAS Kátia Siqueira; GIRLING Robert; KEITH Sherry. **A escola participativa: O trabalho do gestor escolar.** Editora Vozes. Petrópolis, RJ. 2005.

LÜCK Heloísa. **A gestão participativa na escola.** Editora Vozes. Petrópolis. RJ. 2006.

LÜCK, Heloísa. **Gestão educacional: uma questão paradigmática.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. (Série Cadernos de Gestão).

MATTOS, Lúcia Alves Faria (org.). **Gestão colegiada e qualidade de escola.** Belo Horizonte: UEMG/Faculdade de Educação, 1996.

PARO, Vitor Henrique. **Administração Escolar: introdução crítica.** 8. ed. São Paulo: Cortez, 1999. v. 1.

PARO, Vitor Henrique. **A utopia da gestão escolar democrática.** In: *Cadernos de Pesquisa*, (60), São Paulo, fev. 1987

PARO, Vitor Henrique. **Educação como exercício do poder: crítica ao senso comum em educação.** 1. ed. São Paulo: Cortez, 2008. v. 1. p. 47.

PARO, Vitor Henrique. **Qualidade do ensino: a contribuição dos pais**. 1. ed. São Paulo: Xamã, 2000. v. 1.

PARO, Vitor Henrique. **Por dentro da escola pública**. 1. ed. São Paulo. Editora Xamã. 1995.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. Ed. Ática, 1997

RAYS, Oswaldo. Alonso. **Repensando a didática**. Editora papirus. Campinas SP. 2009.

RUSSO, Miguel H. **Imaginário e burocracia na escola pública: quando a realidade submete a fantasia e subordina o pedagógico**. Cadernos de Pós-Graduação (UNINOVE), v. 4, p. 65-73, 2005.

RUSSO, Miguel H. **Problemas centrais da gestão na escola pública: sua incidência na prática escolar segundo os gestores**. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, v. 25, p. 1-20, 2009.

SCARPATO, Marta (Org.). Os **procedimentos de ensino fazem a aula acontecer**. São Paulo: Editora Avercamp, 2004.

TEIXEIRA, M.C.S. **Administração e trabalho na escola: A questão do controle**. In: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, nº 154, Rio de Janeiro, Inep, 1985, vol. 66.

THURLER, Monica Gather. **Inovar no interior da escola**. Editora Artmed. Porto Alegre. 2001.

50

6. REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

CARINA, Sandra Cristina. A **gestão participativa num sistema educacional público**. 2003. 111f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

DELORS, Jacques. **Educação um tesouro a descobrir**. São Paulo. 2000. Disponível em:

<http://ns1.dhnet.org.br/dados/relatorios/a_pdf/r_unesco_educ_tesouro_descobrir.pdf> Acessado em: 12 de Novembro de 2010.

GHANEM, Elie. **Educação e participação no Brasil: um retrato aproximativo de trabalhos entre 1995 e 2009.** São Paulo. 2004. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/298/29830109.pdf>> Acessado em: 11 de Abril de 2010.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão da escola pública: a participação da comunidade.** Brasília. n. 174, maio/ago. 1992, p. 255-290. Disponível em: <<http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/451/456>> Acessado em: 08 de Outubro de 2009.

Programa Escola da Família. Disponível em: <<http://escoladafamilia.fde.sp.gov.br/v2/Subpages/sobre.html>>. Acessado em: 07 de Setembro de 2010.